

Pedagogia libertária: um breve histórico dialogando teoria e prática

Guilherme Xavier de Santana

Professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e Mestre em Educação pela UFRJ.

Resumo

O artigo pretende resgatar alguns pressupostos teóricos da pedagogia libertária, dialogando com experiências que ao longo da história e na contemporaneidade seguiram e seguem um ideal político anarquista, libertário e que, acima de tudo, buscaram, e ainda hoje continuam construindo, modelos anticapitalistas e emancipatórios na área da educação.

Palavras-chave: História da educação; Pedagogia Libertária; Anarquismo.

Abstract

Libertarian Pedagogy: A brief history dialoguing theory and practice

This article intends to rescue some theoretical presuppositions of libertarian pedagogy by dialoguing with experiences throughout history and in the contemporaneity that follow an anarchist, libertarian political ideal and that, above all, sought and still continue to construct anticapitalist and emancipatory models in the area of education.

Keywords: History of education; Libertarian pedagogy; Anarchism.

Resumen

Pedagogia libertária: un breve histórico dialogando teoría y práctica

El artículo pretende abordar algunos presupuestos teóricos de la pedagogia libertária en diálogo con experiencias que a lo largo de la historia y en la contemporaneidad siguen un ideal político anarquista, libertário, buscando y proponiendo la construcción de modelos anticapitalistas y emancipatórios en el área de la educación.

Palabras clave: Historia de la educación; Pedagogía libertaria; Anarquismo.

Introdução

O presente trabalho busca resgatar a história da pedagogia libertária, seus princípios e sua influência no campo da educação e na pedagogia crítica que muitos dos movimentos sociais no início do século XX até hoje buscam desenvolver em seus cotidianos. Trata-se de uma educação que visa uma emancipação do homem na sociedade capitalista e suas opressões cotidianas, sejam elas em relação às questões de classe, gênero e raça, ou a outras disputas e lutas sociais e políticas que perpassam os últimos séculos.

Entendemos que há uma lacuna na academia (assim como fora dela), nos cursos de pedagogia e licenciatura em geral, e também em cursos de ciências sociais e humanas nas universidades, nos quais dificilmente se aborda a pedagogia libertária e sua filosofia política, a complexidade e importância que esse pensamento educacional crítico possui até hoje na história do campo da educação, principalmente dentro da academia. Como diz Moraes:

Mesmo ocultada das teorias pedagógicas e da história da educação, a influência das propostas libertárias anarquistas foi marcante no século XX. Muitos de seus princípios foram absorvidos pelas principais correntes pedagógicas e reformas educacionais, como as propostas de Celestin Freinet (1896-1966), a Escola Nova de John Dewey (1859-1952), a pedagogia de Paulo Freire (1921-1997) e, atualmente, o movimento das Escolas Democráticas (MORAES, 2009).

A perspectiva pedagógica libertária vem ao encontro das ideias políticas anarquistas e seus desdobramentos teóricos e práticos, que ganharam força primeiramente na Europa e depois avançaram para outras partes do mundo.

O trabalho a seguir resgatará alguns teóricos, conceitos e experiências ao longo da história e que possuem reflexos em práticas educativas ainda nos dias atuais. Por esse motivo, ao iniciar o texto, acredito que seja importante introduzir alguns princípios políticos que cercam a filosofia anarquista. Após isso, buscaremos aprofundar o alinhamento entre a teoria e a prática libertária em educação.

Pedagogia libertária: uma educação anarquista

O socialismo libertário ou anarquismo, difundido inicialmente por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Mikhail Bakunin (1814-1876), emerge como uma alternativa e uma crítica radical ao capitalismo. Estudar a ideologia política anarquista é entender que não se trata de uma corrente que possui soluções fechadas e diretas ao sistema vigente.

O italiano Malatesta (2009) define a origem do anarquismo da seguinte forma:

O anarquismo nasceu da revolta moral contra as injustiças sociais. Quando apareceram homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que eram obrigados a viver, que sentiram a dor dos demais como se ela fosse a sua própria, e quando estes homens se convenceram de que boa parte do sofrimento humano não é consequência inevitável das leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas, ao contrário, que deriva de realidades sociais dependentes da vontade humana e que podem ser eliminados pelo esforço humano, abria-se então o caminho que deveria conduzir ao anarquismo (p. 4).

Já o antropólogo Graeber (2015), ao analisar a visão política libertária, reforça que

Os anarquistas idealizam um mundo baseado na igualdade e na solidariedade, no qual os seres humanos seriam livres para se associar entre si a fim de buscar uma infindável variedade de sonhos, projetos e concepções daquilo que considerem valioso na vida (p. 188).

A educação para os anarquistas deveria ter um pressuposto acima de tudo antissistêmico e emancipatório, logo, um viés revolucionário. Muitos teóricos e militantes anarquistas ao longo da história consideraram o papel da educação como central para formar essa outra sociedade, sem classes e sem Estado, mais justa, solidária e fraternal.

Nesse sentido, vale mencionar também o caráter antiautoritário proposto por essa forma de educação. O sujeito que passa por esse processo necessita se emancipar por completo e se submeter, de fato, a uma transformação mais profunda, tornando-se um ser humano “livre”, sem amarras ao sistema e dotado dos saberes intelectual, físico e, acima de tudo, autônomo. No fim, o intuito é reforçar que não existem hierarquias e todos aprendem de certa forma, nessa troca pedagógica.

Entendemos, portanto, que a questão da transformação social no processo educativo é primordial para iniciar o debate acerca da pedagogia libertária. É preciso refletir sobre o papel que a educação possui para propiciar a transformação, primeiramente individual, e, num momento posterior, coletiva, visto que a própria concepção anarquista só se faz coerente se essa transformação – de um sujeito oprimido pela sociedade em um sujeito libertário e anarquista – for construída coletivamente, em prol do bem comum, e não apenas individual.

Segundo Santos (2017), para alguns anarquistas como Elisée Reclus, o tra-

balho de educação e convencimento da população, mas principalmente da massa de trabalhadores, deveria ser anterior à revolução: assim, a educação deveria servir como um meio preparatório para o processo revolucionário, enquanto para outros anarquistas, como Mikhail Bakunin, o processo educacional deveria acontecer em meio às lutas contra a opressão capitalista. Não significava apenas focar na luta revolucionária, esquecendo o processo educacional, mas isso deveria se desenvolver de forma concomitante (SANTOS, 2017, p. 88).

Gregory Chambat, ao citar o pedagogo anarquista Fernand Pelloutier, reforça essa linha de pensamento e ação. Segundo o autor: “o trabalho educativo não precede a ação revolucionária, ele a acompanha e nutre-se dela. A ação e a reflexão estão imbricadas: da experiência nascem os princípios, que por sua vez reforçam as práticas” (CHAMBAT, 2006, p. 40).

Pelo fato do anarquismo não possuir uma ideia ou solução fechada para combater o sistema capitalista, é importante pensar que a pedagogia libertária se encaixa nessa reflexão ao longo da história, visto que não há uma diretriz formatada ou apenas um método para que ela seja aplicada, pelo contrário.

As autoras Soares e Fél (2015) analisam o assunto mostrando que existem modelos teóricos variados de pedagogia libertária, mas que acima de tudo essa forma de educação necessita construir espaços de compartilhamento de conhecimentos, de práticas solidárias, de problematização, de construção de acordos e de ações sobre a sociedade e a realidade na qual vivemos (SOARES; FÉL, 2015, p. 15).

Desse modo, a pedagogia libertária se trata de uma ação educativa que necessita se adequar a todos aqueles envolvidos, à sua realidade histórica, política e social, e prezando o diálogo, o antiautoritarismo, a autonomia individual para que o coletivo se fortaleça, e um protagonismo de todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

A educação também deve ter como pressuposto rejeitar qualquer forma de autoridade e hierarquia representadas pelo Estado, e assim desenvolver a consciência anárquica e a partir daí organizar a autogestão social¹ (KASSICK; KASSICK, 2004, p. 13).

1 O modelo de organização política descentralizado, baseado na divisão de tarefas, em que as decisões são tomadas de forma coletiva por meio de assembleias ou fóruns permanentes de deliberação dos envolvidos no processo, aliados ao princípio de democracia direta, reporta-nos ao conceito teórico e à prática de autogestão social. Nas palavras de Gallo (2007) a autogestão tem como condições básicas ser “contra qualquer autoridade e hierarquização, além de negar qualquer forma

A seguir tentaremos mostrar alguns aspectos teóricos importantes que a pedagogia libertária sempre buscou para colocar em prática um horizonte de liberdade diante do sistema que nos aprisiona.

Pedagogia libertária: um debate teórico aliado à práxis

O autor francês Hugues Lenoir reforça que, para Bakunin, a educação é fundamental na luta pela emancipação econômica, política e social. Além de ser a garantia do desenvolvimento de cada indivíduo, a educação é uma garantia de liberdade. Bakunin ainda defende que um dos principais elementos da pedagogia libertária é a busca da maior igualdade possível entre o “nem mestre” e o aluno (LENOIR, 2014, p. 40).

Assim, não faz sentido centrar a educação anarquista somente em um ou outro espaço, formal ou não. Na avaliação de Aquino (2013),

(...) a pedagogia libertária nunca esteve restrita ao âmbito da escola ou das instituições de ensino. É necessário modificar a formação humana não apenas na escola formal, mas também na vida familiar e comunitária, na medida em que estamos continuamente aprendendo e ensinando uns aos outros (p. 13).

Além disso, tanto Bakunin como Proudhon sempre foram extremamente sensíveis no sentido de mostrar que a educação para ser de fato libertária necessita alcançar o aspecto polivalente e politécnico, o qual o autor e militante russo chama de instrução integral. Nessa ideia pedagógica, a formação manual e intelectual não podem se dissociar, e necessariamente precisam ser conduzidas de forma conjunta e complementar, sem se sobrepor uma à outra.

Castro (2010) reforça que a ideia de fortalecer o ensino integral se pautando pela pedagogia libertária é estar preocupado com a formação de um homem livre, uma vez que neste último está contido o primeiro. O autor também cita Bakunin mostrando que o autor e militante russo propunha que todos vivessem do trabalho, do fruto de uma educação integral que não diferenciasse as funções intelectuais das manuais, pois ambas se completam no processo da formação dos seres humanos (p. 15).

de associação assim constituída. Para os anarquistas a gestão da sociedade deve ser direta, fruto dela própria” (p. 21).

Ou seja, o conceito e a práxis do ensino integral – que fora inaugurado segundo um viés libertário, diga-se de passagem – propõem que a educação deve permitir uma formação na qual todos, igualmente, tornem-se homens completos (ANTONY, 2011, p. 41). Gallo (2007) mostra que “a educação integral deve assumir, necessariamente, uma postura de transformação e não de manutenção desta sociedade” (p. 74).

Ainda a respeito do assunto, Antony (2011), ao citar a relevância de Paul Robin como um dos precursores da pedagogia libertária, revela que

Por ensino integral, devemos entender formação global, humanista, universalista (“ensino teórico e prático completo, que forma (a criança) simultaneamente como trabalhador manual e trabalhador intelectual” (...) Trata-se, pois, de uma formação geral, manual e intelectual, dando amplo espaço à aprendizagem profissional como desejava Proudhon (p. 87).

Para Proudhon, a educação integral e politécnica seria o modelo ideal no sentido de ultrapassar os postulados da educação capitalista que reforça a desigualdade social e reproduz o sistema no ambiente de ensino. Na concepção de educação integral no modelo libertário e anarquista,

(...) o homem é concebido como resultado de uma multiplicidade de facetas que se articulam harmoniosamente e, por isso, a educação deve estar preocupada com todas essas facetas: a intelectual, a física, a moral etc. (GALLO, 2007, p. 35).

Já Antony (2011), ao enfatizar a obra de Bakunin e sua contribuição a respeito da educação num processo de uma sociedade igualitária, busca enfatizar que,

Na obra emancipadora, a educação tem, portanto, toda a sua importância, ao lado do instinto de revolta. Educar é liberar o indivíduo e suas potencialidades revolucionárias, e respeitar, evidentemente a liberdade do aprendiz, inclusive se se trata de um jovem aluno (p. 49).

Fernand Pelloutier também foi um pedagogo anarquista que ressaltou a importância de se colocar em prática uma educação que busque a emancipação por meio da insurgência perante o sistema educacional no regime capitalista. Educação e revolução não são dissociáveis para o pedagogo e militante francês.

Chambat (2006), ao descrever e aprofundar a obra e vida de Pelloutier, demonstra bem esse raciocínio na seguinte passagem:

Pela força das coisas, educação e revolução não se sucedem no tempo, mas se superpõem num processo dinâmico e dialético (uma nutre a outra reci-

procamente). A educação liberta o indivíduo das opressões ideológicas que o aprisionam e o retêm na resignação, tornando-o receptivo à urgência revolucionária. A revolução, quanto a ela, confirma e libera as potencialidades desveladas pela educação, abrindo ao mesmo tempo novos horizontes. Fim de chefes, fim de hierarquias, uma sociedade a reconstruir integralmente... (p. 42).

Esses são alguns dos princípios que perpassam o debate entre teoria e prática numa pedagogia libertária, uma concepção educacional que possui elementos de transformação social como um fator central, mas cuja atuação e aplicação se modificam, adaptando-se à realidade, dependendo de autores, militantes, período histórico e de onde ela foi implementada.

Tal proposta educacional, em suma, passa diretamente pelo ideal de superar a alienação do modelo de produção do sistema capitalista em diferentes esferas, entre elas a educacional.

A seguir vamos elencar exemplos históricos de projetos que de fato revolucionaram o modo de lidar com a educação não só em seu tempo e local, mas que se expandiram e até hoje influenciam diversos espaços educacionais pelo mundo.

Sobre a Escola Moderna...

Há algumas versões a respeito das origens das práticas políticas e pedagógicas anarquistas. Existem autores que citam a experiência de Paul Robin, na França, com o Orfanato Prévost, em Paris, como um dos principais precursores da pedagogia libertária ainda no fim do século XIX (MACHADO, 2017).

A experiência de Robin em Cempuis é marcante também entre fins de 1880 até 1894. Porém, como diz Antony (2011): “Cempuis é uma comuna no sentido de meio de vida alternativo, *avant la lettre*. Mas a autoridade de Robin é evidente, e a dimensão coletiva, autogestionária, é de fato muito reduzida” (p. 89)

Diante disso, pode-se dizer que a primeira mais importante e influente experiência de um espaço educacional baseado integralmente numa pedagogia libertária fora a Escola Moderna, em Barcelona, no início do século XX.

O pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) buscou influências teóricas e práticas de princípios baseados no ensino integral, próximos aos ideais

de Proudhon e Bakunin, e foi desenvolvendo um modelo libertário de educação, na cidade espanhola, num primeiro momento, mas que após a sua morte avançou para outros lugares da Espanha, depois Europa e até América Latina, onde tivemos escolas baseadas no modelo da Escola Moderna.

Segundo Antony (2011), Ferrer y Guardia,

(...) encontra-se no cruzamento de diversas influências: o anarquismo, de início (e, portanto, todas as noções de educação integral), o humanismo científico, e até mesmo o cientificismo da época, o radicalismo catalão e a franco-maçonaria. Mas ele não afunda no catalanismo e, inclusive, renuncia ao catalão em proveito do castelhano em sua escola, por vontade de abertura e por internacionalismo, o que é notável (p. 98).

A Escola Moderna buscou construir uma ruptura de paradigmas educacionais naquele período, levando à frente um novo sistema pedagógico, tentando romper com preconceitos raciais, de classe, de cor e de gênero que vigoravam em diversos sistemas de educação naquele momento, quando a maioria se subordinava à Igreja Católica. (SANTOS, 2017, p. 89).

Os pressupostos pedagógicos que a Escola Moderna se propunha como fundamentais em suas ações cotidianas no ambiente educacional consistiam não só na instrução integral como também no racionalismo, como prática na Escola. Por meio de explicações racionais era possível extrair valores que a sociedade carregava e ainda hoje carrega, sobretudo a crença de que a justiça e a desigualdade são “normais e incorrigíveis” (SAFÓN, 2003, p. 15).

Nas palavras de Ferrer y Guardia (2014),

A missão da Escola Moderna consiste em fazer com que os meninos e meninas que lhe forem confiados se tornem pessoas instruídas, verdadeiras justas e livres de qualquer preconceito. Para isso, o estudo dogmático será substituído pelo estudo racionalizado das ciências naturais (p. 37).

O pedagogo catalão reforçava em seus escritos e principalmente em suas práticas pedagógicas que todos os conhecimentos, de quaisquer matrizes científicas, teriam representação proporcional, servidos e aplicados por meio de métodos progressivos, por meio de instrumentos e aparatos que, dependendo da situação, serviriam como um meio condutor mais potente para trabalhar junto ao intelecto dos educandos (FERRER Y GUARDIA, 2014, p. 39).

Foi Ferrer y Guardia, na Escola Moderna, que introduziu alguns paradigmas político-pedagógicos que até atualmente são de suma importância, seja nas escolas formais ou em projetos de educação informais.

Podemos citar como exemplos desse protagonismo da Escola Moderna os seguintes pontos: a coeducação de ambos os sexos, a defesa de uma educação totalmente laica e sem vínculo com qualquer instituição religiosa, além de uma exaltação de diversas ciências no ambiente educacional para crianças desde muito cedo.

Além disso, foi com o pedagogo catalão que pudemos ter de fato a ideia na prática de uma educação menos verticalizada, de um professor apenas transmissor de conhecimento e o estudante passivo no processo de aprendizagem. A relação no espaço educacional era de construção e de reforçar uma dialética, uma troca de conhecimentos o tempo inteiro.

O trabalho de Ferrer y Guardia não era apenas com seus estudantes em um espaço restrito dentro da escola. Outras atividades eram realizadas com outros educadores e educadoras que aplicavam o método libertário e auxiliavam o catalão na Escola Moderna.

Dentre tantas atividades, uma das principais era a produção de materiais pedagógicos que eram construídos coletivamente por educadores e educandos. Tais livros e outros exemplares de materiais foram aproveitados por nove escolas em Barcelona e mais vinte e três em toda Espanha, totalizando trinta e duas escolas com livros produzidos por Ferrer y Guardia em toda Espanha na primeira década do século XX (FERRER Y GUARDIA, 2014. p. 124).

Os dados acima demonstram a força da influência que a Escola Moderna obteve com seu projeto político-pedagógico emancipatório. Alguns fatos se sucederam e fizeram com que a Escola Moderna fosse um modelo de inspiração para diversas escolas de toda a Europa e pelo mundo. Vamos abordar esse legado da Escola Moderna, conquistado nas primeiras décadas do século XX.

Sobre o legado da Escola Moderna e outras experiências libertárias na educação

A Escola Moderna não foi um caso isolado de experiência de pedagogia libertária nem na Europa nem no mundo nas primeiras décadas do século XX. Como

dito anteriormente, talvez tenha sido um dos projetos pioneiros, mas sem dúvidas um divisor de águas e um marco que influenciou diversas experiências posteriores. Como dissemos, na própria Espanha tivemos trinta e duas escolas utilizando o método e o material pedagógico de Ferrer y Guardia, além de outras experiências de Escolas Modernas em território espanhol.

No ano de 1909, Ferrer e outros militantes foram presos por conta de um episódio de revoltas populares em julho daquele ano contra a participação da Espanha em uma guerra contra o Marrocos. Em 13 de outubro do mesmo ano, Ferrer y Guardia seria fuzilado pelas autoridades espanholas. O pedagogo fora o principal acusado de ter conspirado e arquitetado um atentado contra o rei espanhol Afonso XIII (SANTOS, 2017, p. 90).

Após o episódio, o nome de Ferrer y Guardia ficou ainda mais conhecido em todo o mundo, e a Escola Moderna enquanto ideal educativo e político avançou em diversas partes do globo. Com relação ao assunto, Santos (2017) descreve que, após a morte do educador de Barcelona, a Escola Moderna

Chegou a Portugal levada por Dr. Campos Lima. Chegou também na França. Em outubro de 1905 foi fundada a “La Ruche” pela iniciativa do famoso militante anarquista Sébastien Faure. Em 1º de Maio de 1906, foi fundada “L’Avenir Sociale” através da iniciativa de Madeleine Vernet. Ainda na França foi fundada, em 1908, a Liga Internacional para Educação da Criança. Em Roma foi criada “La Scuola Laica” (p. 89/90).

Outra experiência histórica e de grande relevância de educação libertária fora realizada em uma fazenda nos arredores de Paris, em Rambouillet. Protagonizada pelo pedagogo e militante anarquista francês Sébastien Faure, a “Colmeia” é um marco que foi além de um método de pedagogia com jovens.

Segundo os autores Paulo Marques e Rodrigo Rosa da Silva, na apresentação do livro de Faure (2015),

A Colmeia é muito mais que uma escola libertária, laica e livre. Constituiu-se como um espaço de vida comunitária libertária, onde crianças e adultos viviam numa propriedade rural, numa verdadeira comunidade educativa autogestionada e com orientação cooperativista. Funcionou de 1904 a 1917 numa área de 25 hectares de bosque e abrigava, aproximadamente, 40 crianças (MARQUES; SILVA, 2015, p. 13).

Sébastien Faure, assim como outros autores citados ao longo do presente trabalho, acreditava numa educação transformadora e principalmente num método in-

fluenciado pela instrução integral. A respeito da educação integral, o pedagogo francês reforça que

A educação deve ter por objeto e por resultado formar seres tão completos quanto seja possível, capazes de ir além das suas capacidades cotidianas, quando as circunstâncias ou as necessidades o permitam ou o exijam: os trabalhadores manuais, de abordar o estudo de um problema científico, de apreciar uma obra de arte, de conceber ou de executar o plano, até mesmo, de participar a uma discussão filosófica; os trabalhadores intelectuais, de pôr a mão na massa, de se servirem com destreza dos seus braços, de fazerem, na fábrica ou nos campos, um papel decente e um trabalho útil (FAURE, 2015, p. 109).

Na Colmeia, assim como na Escola Moderna, existiam atividades outras para além de aulas. Na fazenda na França, Faure e uma equipe diversificada trabalhavam com jovens a partir de oficinas de marcenaria, encadernação, alfaiataria, além do desenvolvimento de plantações, trabalhos com tipografias, atividades artísticas e culturais, dentre outras formas de arrecadar e sustentar um projeto autônomo, libertário, anti-capitalista e que se construía com base na autogestão (FAURE, 2015, p. 120).

Lenoir (2014), ao narrar alguns teóricos e algumas experiências históricas a respeito de pedagogia libertária, cita como exemplos as “Comunidades escolares e os mestres-camaradas”, que foram uma experiência entre 1920 e 1930, na Alemanha e Sumerhill, na Inglaterra da primeira metade do século XX.

Sobre exemplos de escolas ou iniciativas com um viés libertário educacional na contemporaneidade, Lenoir ressalta a importância da experiência da Bonaventure, que funcionou na década de 1990, situada na Ilha de Oléron, na França e o L.A.P. (Liceu Autogerido de Paris) (LENOIR, 2014, p. 84).

Em sua obra “Os Microcosmos – Experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: Utopedagogias” (ANTONY, 2011), o autor Michel Antony problematiza e resgata diversas experiências no fim do século XIX e ao longo do século XX que se aproximam das ideias e práticas educacionais libertárias.

Além dos exemplos indicados por Lenoir, e anteriormente da Escola Moderna na Espanha e d’A Colmeia, ambas no início do século XX – já destacadas no artigo –, Antony descreve de forma breve algumas experiências educacionais libertárias como o “Centro Cultural Judeu” de Londres na primeira década do século XX; as experiências de escolas libertárias baseadas nos princípios da Escola Moderna durante a Revolução

e a Guerra Civil Espanhola (1936-1936); algumas tentativas antiautoritárias na União Soviética, como o “Centro-Laboratório da Infância” entre 1921 e 1924, conduzido por Vera Schmidt; a “Walden School” na Califórnia dos anos 1940-1950; a Colônia-Comunidade Maria Luisa Berneri, na Itália entre os anos de 1951 e 1962 (ANTONY, 2011).

Após perpassarmos primeiramente o histórico exemplo e depois o legado que a Escola Moderna, de Ferrer y Guardia, consolidou, e apresentarmos importantes experiências educacionais que possuíam um viés e alguns princípios libertários em sua essência e prática política, vamos apontar um pouco do histórico, citando os contextos em que foram fundadas algumas das principais experiências de educação libertária no Brasil, no passado e em um período mais contemporâneo.

Pedagogia Libertária no Brasil: primeiras influências e experiências

Ao tratarmos historicamente da temática no país, podemos citar os movimentos sociais ligados à pedagogia libertária no que foram fortemente identificados com o contexto da virada do final do século XIX para o início do século XX.

As primeiras bases libertárias no campo da educação se desenvolveram a partir do vínculo com o movimento operário, não só no Brasil, como já observamos, mas também em outras partes do mundo. O componente característico das primeiras experiências pedagógicas no país com um viés anarquista é que estas foram influenciadas diretamente por imigrantes que obtiveram contato com experiências similares na Europa (KASSICK; KASSICK, 2004).

Nesse momento, segundo os autores:

(...) os princípios pedagógicos da educação libertária foram os únicos parâmetros para a contestação da pedagogia tradicional que, naquele momento imperava soberana nas escolas e nos gabinetes, bem como nas mentes de autoridades, de pais e professores (KASSICK; KASSICK, 2004, p. 17).

Esse estreitamento entre classe trabalhadora e estudantes dava-se em espaços orgânicos como em sindicatos, cooperativas e universidades populares. A vinculação dessas experiências de militância em forma de texto, que envolvia diversas esferas sociais, trazia um universo muito rico, crítico e vivo, onde o debate era dialético, pois ora trazia o conhecimento científico aos trabalhadores, ora organizava os protestos junto aos operários, sem autoritarismo e dogmatismo por parte de nenhum dos lados.

Esses textos “vivos” representavam uma ação integrada dos anarquistas nas fábricas, junto aos operários, e, ao mesmo tempo, uma rejeição aos livros que circulavam na Europa de cunho religioso com um viés burguês e uma ideologia que não promovia o debate crítico da realidade vivida naquele momento (KASSICK; KASSICK, 2004, p. 20).

Já no Brasil, também no início do século XX, como visto anteriormente, a imigração de europeus nesse período trouxe, além de muitos trabalhadores para a mão de obra em diversos tipos de serviços, os ideais que tinham influência direta do sindicalismo revolucionário. Segundo Santos (2017) “as ideias de Ferrer y Guardia chegaram no Brasil no final da primeira década do século XX” (SANTOS, 2017, p. 90). Tal movimento veio com força com uma leva de imigrantes vindos da Espanha, Portugal e Itália, em sua grande maioria.

Nesse primeiro instante, a partir da pesquisa realizada por Santos (2017) podemos destacar que,

No Rio de Janeiro foi fundada a Escola 1º de Maio, em Vila Isabel. Também foi criada a Associação Escola Moderna, na Rua do Senado, 63. Em São Paulo surgiu a Escola Moderna em 1909, na Avenida Celso Garcia, 262. No Rio Grande do Sul foi criada a Biblioteca Sociedade Pró-Ensino Racionalista, por Leopoldo Bettiol. Muitas das organizações proletárias criaram escolas operárias influenciadas pela pedagogia libertária de Ferrer. Era importante alfabetizar, exercitar a leitura e doutrinar os trabalhadores brasileiros. Essas escolas libertárias em sua grande maioria, eram chamadas de Escolas Modernas pelos próprios anarquistas, por causa do livro homônimo de Ferrer, publicado após a sua morte (p. 90).

No texto de José Damiro Moraes, “Anarquismo no currículo”, o professor também exemplifica diversos casos, ao longo da história do país, da influência dos libertários na política e no campo educacional na virada do fim do século XIX para o início do século XX no país. Moraes (2009) afirma que,

Entre 1885 e 1925, cerca de quarenta instituições de ensino anarquistas surgiram no Brasil. A primeira de que se tem notícia foi a Escola União Operária, em Porto Alegre (RS). Em Fortaleza (CE) funcionou a Escola Germinal (1906); em Campinas (SP), a Escola Livre (1908); (...). Em 1904, tentou-se até uma experiência de ensino “superior” (complementar à formação dos trabalhadores), com a criação da Universidade Popular de Ensino (Livre), no Rio. Ela contava com a colaboração de vários militantes e de literatos simpatizantes do movimento, como Elísio de Carvalho, Fábio Luz, Rocha Pombo, Martins Fontes, Felisberto Freire e José Veríssimo.

Mas, ao contrário das escolas, durou poucos meses.

Sobre a Universidade Popular de Ensino Livre, de 1904, o trabalho de Lamela (2017) ressalta que,

O que se almejava não era a “revolução política”, a troca de governos, mas sim a “revolução social”, ou seja, uma mudança nas mentes que, por meio da instrução, tornaria perceptíveis os benefícios da cooperação e da solidariedade, em oposição às mazelas impostas pelos governantes aos trabalhadores. A ideia foi, então, a partir da observação de outras experiências deste tipo no exterior, fundar a Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL) no Rio de Janeiro, cujo objetivo era a instrução do povo, por meio de um ensino teórico e prático, desvinculado das doutrinações da Igreja e/ou Estado. A UPEL deveria também se transformar em um centro de lazer e cultura, comprometido com movimento de libertação dos trabalhadores, e que buscava, sobretudo, formar uma sociedade mais justa, livre e igualitária (p. 100/101).

Padilha (2014) cita ainda como um exemplo importante, nesse primeiro instante do século XX, a articulação de alguns militantes e intelectuais que resultou na Escola Moderna Nº1 (1912 até 1919) em São Paulo, cuja direção e protagonismo ficaram centrados na figura de João Penteado (p. 49).

Kassick e Kassick (2004) ainda reforçam que nas duas primeiras décadas do século XX,

Enquanto o sistema oficial de educação caracterizava-se pelas constantes reformas, elaboradas em gabinetes, à luz de modelos transplantados, os anarquistas assimilavam de forma crítica as contribuições dos companheiros estrangeiros, discutindo amplamente, dentro do próprio movimento de organização da luta dos trabalhadores, a validade de tais contribuições (p. 21).

Os autores ainda afirmam que o contato da massa de analfabetos com os trabalhadores ligados ao movimento anarco-sindicalista, além das informações de fora que os educadores anarquistas transmitiam aos trabalhadores imigrantes, fez com que as condições de vida desse contingente populacional que obteve tais ligações melhorassem no sentido de adquirir mais cultura que os demais trabalhadores explorados pela burguesia do país. Logo, “à medida que essas informações circulavam e eram discutidas, forneciam os instrumentos para que os trabalhadores pudessem avaliar as condições precárias da educação que lhes era oferecida e criar suas próprias alternativas” (KASSICK; KASSICK, 2004, p. 24).

Concluo essa parte do trabalho mostrando, a partir de alguns exemplos históricos, que a pedagogia libertária foi intensamente praticada e difundida no meio das classes populares por um período no Brasil, principalmente nas primeiras décadas do século XX. É necessário reforçar e resgatar esse passado no atual momento, pois iremos ver que ainda existem projetos educacionais, no país e em parte do mundo, que flertam com uma educação emancipatória e que buscam a liberdade dos indivíduos no mundo capitalista, mesmo apesar de diversas adversidades.

Conclusão: uma reflexão sobre o status da pedagogia libertária atualmente

Procuramos estabelecer nesse trabalho um breve histórico de experiências que colocaram os princípios teóricos e práticos vinculados à ideologia da pedagogia libertária.

Iniciamos o tema problematizando a sua importância no campo da educação, que é uma corrente pouco ou quase nunca mencionada em currículos acadêmicos, seja na área da pedagogia ou outros campos das ciências humanas. Após isso, relacionamos a pedagogia libertária com a filosofia e a política anarquistas, mostrando alguns de seus principais autores e pressupostos teóricos que influenciaram a prática pedagógica que buscou quebrar alguns paradigmas em relação a demais correntes da educação.

Depois buscamos pontuar a importância da Escola Moderna de Barcelona, no início do século XX, como um referencial de experiência central na história do pensamento e prática libertária no campo da educação. Enumeramos outros exemplos de experiências libertárias desse mesmo período histórico na Europa e no mundo, citamos o avanço de outras Escolas Modernas pela Europa e pelo mundo, até experiências mais recentes de educação com esse viés. Posteriormente mostramos algumas das principais experiências de pedagogia libertária no Brasil nas primeiras décadas do século XX, as influências estrangeiras, principalmente da Escola Moderna: escolas operárias que possuíam vinculação com a classe trabalhadora que se formava naquele momento e a importância de seu legado para construir um campo de educação crítico no país ao longo das décadas seguintes.

Para concluir o artigo pretendemos apontar alguns exemplos e questões que nos remontam à atualidade do pensamento e da prática libertária educacional e nos fazem refletir sobre o quanto temos que resgatar tais princípios, ainda mais num período de políticas educacionais que visam o lucro de grupos de políticos e empresários e sequer citam a educação como um elemento com um potencial de transformação social.

Nesse instante do trabalho achamos necessário refletir sobre o alcance e os níveis de ressignificações que os métodos libertários em educação podem se inserir. E nesse quesito alguns autores nos são valiosos. Nas palavras de Passeti e Augusto (2008), o modelo escolar que existe se molda da seguinte forma:

Educando para governar e ser governado, a escola, estatal ou privada, desempenha seu papel de formadora moral para a obediência escorada em parâmetros humanistas, técnicos e disciplinares necessários para orquestrar cidadãos e trabalhadores segundo a administração dos endividamentos, a circulação eletrônica de produtos, em um planeta que tende à universalização capitalista, democrática e transterritorial (p. 73).

A educação anarquista como princípio busca extrapolar os limites dos muros da escola, sem ignorá-la, mas sim para mostrar que ela é apenas mais um dos espaços onde o conhecimento pode circular e educar os indivíduos. Sobre essa problemática, dialogando com o significado e o lugar do pensamento e da prática libertária no campo da educação nos dias atuais, Passeti e Augusto (2008) mostram que

A educação libertária pode atravessar escolas e universidades, suas próprias associações, os espaços contornados e incontornáveis a produção computo-informacional. Ela mostra a atualidade do anarquismo, não mais pela crítica ao Estado, ao totalitarismo socialista ou à ardilosa democracia burguesa, mas pela sua inventividade em lidar com a superação com das relações de poder e de afirmar potências de liberdade e de possibilitar o inesperado e a emergência do extraordinário (p. 99/100).

A atualidade da educação libertária se dá em projetos de uma militância na maioria das vezes sem vínculos diretos com partidos políticos, organizações não governamentais, empresas ou qualquer outra corporação por trás. Busca-se uma emancipação, na base do apoio mútuo e da solidariedade, tentando não tirar o protagonismo dos educandos locais e com projetos que buscam uma política menos hierárquica e com intervenções diretas de todos que ali estão participando.

Tais projetos abarcam desde uma alfabetização política e anticapitalista em ocupações urbanas e ocupações sem-terra, até pré-vestibulares sociais e creches comunitárias, também em favelas ou lugares periféricos de grandes centros urbanos, ou mesmo em escolas que buscam transcender o currículo formal para desenvolver uma abordagem mais crítica, global e que integra diversos saberes na nossa sociedade.

A pedagogia libertária também vem sendo reafirmada em outros locais da América Latina, em diversas escolas operárias ou projetos em periferias com cooperativas de trabalhadores urbanos, que são construídas na base da autogestão e com um processo educativo e dialético, na base da troca.

Em suma, é necessária uma pedagogia revolucionária², autônoma, que contemple os diferentes movimentos sociais e suas particularidades locais, e a partir daí buscar implantar de forma coletiva esse pensamento educacional.

Ao falarmos em educação e emancipação política e popular, vale citar a experiência que o Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas no México, promoveu e sua apropriação pela população com o passar do tempo. Tal exemplo é ilustrativo, pois a organização política dos zapatistas, quando se fala na questão educacional, possui características peculiares à sua realidade. Hilsenbeck Filho e Spinelli (2012) relatam da seguinte forma essa questão:

Os zapatistas definiram as disciplinas, horários de aulas, calendários escolares e formas novas de qualificação. Formularam os programas de educação nas seguintes áreas: leitura e escrita, matemática, educação política, saúde pessoal e coletiva, às quais somaram depois os conteúdos de educação produtiva, cultura, história, natureza, geografia, esportes, também dependentes dos critérios, demandas e contextos regionais. Estabeleceram três níveis de ensino na escola primária: o voltado para os que não sabem ler nem escrever; um segundo nível para os que sabem um pouco como ler e escrever e um nível superior aos que dominam a escrita e a leitura. As escolas secundárias, por sua vez, cumpriam a função de multiplicar formadores (p. 263).

Como última reflexão, exponho aqui as ocupações escolares em alguns locais da América Latina: o protagonismo de jovens que se organizaram e ocuparam os estabelecimentos públicos da educação como forma de contestar políticas de governantes locais. As ocupações começaram no Chile, no ano de 2006, com a chamada Revolta dos Pinguins. Os estudantes chilenos iniciaram um processo de diversas ocupações de escolas públicas contra o processo de privatização do ensino que o país vem passando

² “Entendemos que (...) uma pedagogia revolucionária é delineada para se tornar uma ferramenta de fortalecimento social e autodeterminação. Ela também reconhece a importância do engajamento de estudantes e trabalhadores/trabalhadoras na transformação de seu papel de recipientes e transmissores de conhecimento para produtores de conhecimento. Aprender não envolve apenas a habilidade de codificar e decodificar informação e organizar dados, mas também envolve o poder de construir transformadores das experiências sociais diárias” (MCLAREN; FARAHMANDPUR, 2002, p. 92).

nas últimas décadas. Algumas das principais pautas da mobilização estudantil naquele país se voltavam contra a limitação do livre acesso às universidades públicas, defendendo mais verbas para merenda e o passe livre estudantil³. Anos depois, mais exatamente em 2015, cerca de mais ou menos 200 instituições de ensino foram ocupadas por secundaristas da rede estadual do Estado de São Paulo contra o chamado plano de reorganização escolar do governador Geraldo Alckmin e do seu partido, o PSDB⁴. Depois tivemos as escolas ocupadas em Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, e diversos outros estados: cada ocupação com suas demandas e particularidades, mas principalmente com a marca do protagonismo de estudantes de periferia e das escolas públicas do país.

O fato é que, quando assistimos e presenciamos estudantes ocupando escolas de forma direta, sem intermediários, se auto-organizando, protagonizando as atividades (com aulas, além de atividades culturais e políticas) dentro de suas escolas por meio de autogestão e lutando por pautas como uma escola mais democrática, plural, dialógica e menos hierárquica, percebemos a essência dos conceitos e da prática da pedagogia libertária. Tal fato mostra o quanto o ideal libertário e anarquista está vivo atualmente e o quanto os estudantes nesse processo também têm muito a ensinar.

A educação libertária apresenta uma crítica direta à educação tradicional, oferecida pelo capitalismo, tanto em aparelhos estatais de educação quanto nas instituições privadas, principalmente às escolas ligadas a gestões de ordens religiosas e seu caráter ideológico e político que reproduzem a exploração e a dominação das classes privilegiadas no sistema capitalista dentro do âmbito escolar. As ocupações escolares que aconteceram nos últimos anos revelam que esse processo continua presente.

Portanto, encerramos o artigo afirmando que acreditamos que uma pedagogia revolucionária, autônoma, popular e libertária é o principal norte de uma possível emancipação política e social do contexto no qual vivemos: de globalização econômica, projetos cada vez mais capitalistas e reacionários que adentram o campo da educação, e um viés neoliberal que assola as populações marginalizadas, seja no Rio de Janeiro ou em outros grandes centros urbanos do Brasil, no Chiapas - México ou em outros países da América Latina, ou qualquer outro lugar do mundo em que a desigualdade social seja preponderante.

3 Ver mais em: “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno (LIBAS, 2008).

4 <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao>

Referências

- ANTONY, M. *Os microcosmos: experiências utópicas libertárias sobretudo pedagógicas: “Utopedagogias”*. São Paulo: Imaginário, 2011.
- AQUINO, T. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. In: *Diálogos em pedagogia libertária: memória da 1ª Jornada de Pedagogia Libertária*. Recife: Difusão Libertária, 2013.
- CASTRO, R. *Instrução integral: uma ferramenta dos trabalhadores*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2010.
- CHAMBAT, G. *Instruir para revoltar: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia da ação direta*. São Paulo: Imaginário, 2006.
- FAURE, S. *A Colmeia: uma experiência pedagógica*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.
- FERRER Y GUARDIA, F. *A escola moderna*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.
- GALLO, S. *Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação*. São Paulo: Imaginário, 2007.
- GRAEBER, D. *Um projeto de democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HILSENBECK FILHO, A.; SPINELLI, L. G. Zapatismo: pedagogia da autonomia e prática da liberdade In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Orgs.). *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 243-72.
- KASSICK, N. B.; KASSICK, C. N. *A Pedagogia Libertária na história da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- LAMELA, E. C. *Da instrução dos trabalhadores à revolução social: a formação da Universidade Popular de Ensino Livre de 1904*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2017.
- LENOIR, H. *Compêndio de educação libertária*. São Paulo: Intermezzo, 2014.
- LIBAS, D. L. M. “A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, p 199-220, maio/ago. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200002>

MACHADO, J. N. Pedagogia libertária: o corpo a terra na educação. *Caderno Intersaberes*, v. 6, n. 7, p. 1-13, jan.jun. 2017.

MCLAREN, P.; FARAHMANDPUR, R. *Pedagogia revolucionária na globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MALATESTA, E. *Anarquismo e anarquia*. {S.l.}: Faísca, 2009

MARQUES, P.; SILVA, R. R. A Colmeia, a partir de agora, a escola do amanhã. In: FAURE, S. *A colmeia: uma experiência pedagógica*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.

MORAES, J. D. Anarquismo no currículo. *Revista de História*, 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/anarquismo-nocurriculo>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

PADILHA, L. R. D. G.. *De Ferrer a Penteado: uma análise da proposta da escola moderna*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

PASSETTI, E.; AUGUSTO, A.. *Anarquismos & educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAFÓN, R. *O racionalismo combatente: Francisco Ferrer y Guardia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

SANTOS, H. T. *Anarquismo e formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2017.

SOARES, R. F.; FÉL, D. B. Relatos de experiências em educação libertária em uma comunidade no Rio Grande do Sul. In: *Diálogos em pedagogia libertária memória da 2ª Jornada de Pedagogia Libertária*. Recife: Difusão Libertária, 2015.

Submetido em: 13-09-2017

Aceito em: 31-10-2017